

**Processos de resiliência psicológica em crianças: contribuições de diferentes perspectivas
teóricas**

**Psychological resilience processes in children: contributions from different theoretical
perspectives**

**Processos de resiliencia psicológica en niños: contribuciones de diferentes perspectivas
teóricas**

Recebido: 04/06/2020 | Revisado: 05/06/2020 | Aceito: 09/06/2020 | Publicado: 21/06/2020

Gabriel Bloedow da Silveira

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9633-2063>

Universidade Franciscana, Brasil

E-mail: gabrielbloedowds@gmail.com

Cristina Saling Kruel

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1996-7708>

Universidade Franciscana, Brasil

E-mail: cristinaskruel@gmail.com

Resumo

O presente artigo objetiva relatar a manifestação de processos de resiliência psicológica em crianças, com destaque aos fatores que os favorecem, em diferentes perspectivas teóricas. Para tanto, foi realizada uma pesquisa bibliográfica de natureza qualitativa, a partir de uma revisão narrativa da literatura, que inclui a apresentação de algumas das principais abordagens teóricas acerca do tema. Chegou-se à compreensão de que resiliência psicológica se manifesta como um processo dinâmico, interativo, integral e bidirecional frente a condições adversas vivenciadas pelo sujeito, podendo ou não ser suficiente como fator de proteção contra prejuízo psíquico. Conclui-se que as bases para a potencial manifestação de resiliência psicológica são construídas, primordialmente, na infância. Um dos fatores que favorecem a manifestação de processos de resiliência infantil são as práticas parentais positivas, pois essas são responsáveis por contribuir para a habilidade de regulação emocional e comportamental por parte da criança, bem como para a formação de um senso positivo e coerente sobre si mesma. A qualidade das interações precoces entre a criança e seus cuidadores primários se mostram fundamentais para a performance de processos intersubjetivos essenciais para uma estruturação sólida e flexível do ego.

Palavras-chave: Resiliência; Crianças; Psicologia; Educação; Ensino.

Abstract

This article aims to report the manifestation of psychological resilience processes in children, with emphasis on the factors that favour them, in different theoretical perspectives. To this end, a qualitative bibliographic research was carried out, based on a narrative review of the literature, which includes the presentation of some of the main theoretical approaches to the theme. It has come to the understanding that psychological resilience manifests itself as a dynamic, interactive, integral and bidirectional process that acts in the face of adverse conditions experienced by the individual, which may or may not be sufficient as a protective factor against psychological damage. It is concluded that the bases for the potential manifestation of psychological resilience are built, primarily, in childhood. One of the factors that favour the manifestation of child resilience processes is positive parenting practices, as these are responsible for contributing to children's emotional and behavioural regulation ability, as well as for the formation of a positive and coherent sense about themselves. The quality of early interactions between the child and their primary caregivers is fundamental for the performance of intersubjective processes that are essential for a solid and flexible structuring of the ego.

Keywords: Resilience; Children; Psychology; Education; Teaching.

Resumen

Este artículo tiene como objetivo informar la manifestación de los procesos de resiliencia psicológica en los niños, con énfasis en los factores que los favorecen, en diferentes perspectivas teóricas. Con este fin, se realizó una investigación bibliográfica cualitativa, basada en una revisión narrativa de la literatura, que incluye la presentación de algunos de los principales enfoques teóricos del tema. Se ha entendido que la resiliencia psicológica se manifiesta como un proceso dinámico, interactivo, integral y bidireccional frente a las condiciones adversas experimentadas por el sujeto, que pueden o no ser suficientes como factor protector contra el daño psicológico. Se concluye que las bases para la manifestación potencial de la resiliencia psicológica se construyen, principalmente, en la infancia. Uno de los factores que favorecen la manifestación de los procesos de resiliencia infantil son las prácticas parentales positivas, ya que son responsables de contribuir a la capacidad de regulación emocional y conductual del niño, así como de la formación de un sentido positivo y coherente sobre sí mismos. La calidad de las interacciones tempranas entre el niño y sus

cuidadores primarios es fundamental para el desempeño de los procesos intersubjetivos, esenciales para una estructuración sólida y flexible del ego.

Palabras clave: Resiliencia; Niños; Psicología; Educación; Enseñanza.

1. Introdução

Resiliência, do latim *resilire* (dar um passo atrás), é um vocábulo frequentemente utilizado na psicologia como referente à adaptação positiva das pessoas em contextos de mudança (Masten & Gewirtz, 2006). Trata-se de um conceito amplamente aplicado nas mais diversas áreas do conhecimento, desde campos como a física e a engenharia, até os domínios das ciências humanas e da saúde. Ainda que, inicialmente, os estudos sobre resiliência no âmbito psicológico tenham encontrado espaço na psicologia cognitivo-comportamental e na psicologia social e ecossistêmica (Bertrand, 2006), nos últimos anos, sua área de investigação passou a abranger a neuropsicologia e também a psicanálise.

A resiliência tem um significado diversificado e de amplo espectro, podendo abranger questões que vão desde a superação de desvantagens sociais, até a recuperação psíquica do sujeito frente a experiências traumáticas. Masten & Gewirtz (2006), ainda que reconheçam a dificuldade em se encontrar um conceito universal de resiliência para a análise acadêmica, a referem a padrões de adaptação positiva manifestos no contexto de experiências que representem adversidade.

A relação do ser humano com os processos de resiliência psíquica é muito antiga. Ao decorrer dos milênios, o homem usou de artefatos artísticos, culturais e literários para expressar e significar a sua relação íntima com a resiliência frente a um mundo tão desafiador. Esses podem ser encontrados em obras artísticas, histórias culturais de heroísmo passadas de geração para geração, contos mitológicos gregos como o de Hércules, e até em passagens bíblicas, como as encontradas no livro de Jó. Apesar deste antigo entendimento, foi somente nas décadas de 1960 e 1970 que se tiveram início estudos científicos acerca deste processo (Masten & Gewirtz, 2006).

Diversas linhas teóricas da psicologia apresentam diferentes compreensões acerca dos processos de resiliência psicológica na infância. A psicanálise, por exemplo, se atenta aos aspectos do inconsciente e aos mecanismos de proteção do ego (Cabral & Levandowski, 2013), já a neuropsicologia privilegia o desenvolvimento neurológico na primeira infância (Brentani, 2014), enquanto que a perspectiva cognitiva considera as emoções e os locais de controle como essenciais (Greco, Morelato & Ison, 2007; Bolger & Patterson, 2003). Essa

diversidade de saberes está relacionada ao fato de que cada perspectiva psicológica observa o sujeito a partir de seus próprios entendimentos teóricos e filosóficos, que embasam suas técnicas e abordagens psicoterapêuticas. Estudar os processos de resiliência na infância a partir de diferentes olhares teóricos da psicologia pode nos acrescentar uma riqueza de conhecimento ampla e singular neste campo de estudo.

Em um contexto psicológico, torna-se um tanto desafiador definir o processo de resiliência chegando a um único e universal entendimento (Masten & Gewirtz, 2006), por motivos que serão debatidos adiante nesta análise, cabendo a cada pesquisador definir claramente a partir de quais preceitos e resoluções está partindo. O que pode ser apontado como ideia comum entre os estudiosos, é que o processo de resiliência atravessa o campo de simples adaptação, podendo ser entendido como uma habilidade de sobrevivência (Malgarrim et al, 2018).

Compreende-se, portanto, que a investigação da resiliência psicológica se relaciona a aspectos de âmbito individual, social e contextual (Cabral & Levandowski, 2013). No presente estudo, a resiliência é circunscrita à infância, e é assim definida como um processo dinâmico, interativo, integral e bidirecional. A criança que manifesta processos de resiliência é alguém que, frente a uma situação de adversidade com significância negativa, funciona positivamente e adaptativamente ao longo do tempo, demonstrando relativa ausência de problemas de ajuste. Frente ao exposto, o objetivo do presente estudo é relatar manifestação de processos de resiliência em crianças, com destaque aos fatores que os favorecem, em diferentes perspectivas teóricas.

2. Metodologia

Para o desenvolvimento do presente artigo, foi realizada uma pesquisa bibliográfica, de natureza qualitativa, a partir de uma revisão narrativa da literatura. Assim, foram consultados artigos científicos, trabalhos de qualificação acadêmica, livros e capítulos de livros que dizem respeito ao tema da pesquisa, através de acervo físico e digital, nas plataformas Scientific Electronic Library Online (SciELO) e Google Scholar. Os materiais estudados foram publicados entre os anos de 1966 e 2018, nos idiomas português, inglês, espanhol e francês. O resgate de uma literatura mais antiga se justifica pela relevância de se pontuar a evolução de alguns conceitos ao longo do tempo, tendo em vista que a proposta do artigo acessa diferentes perspectivas teóricas da psicologia, necessitando, portanto, de uma retomada histórica em determinados momentos.

Considerando o objetivo do estudo, a metodologia qualitativa foi escolhida com base no entendimento de que a mesma atende ao tipo de conhecimento que se pretende construir, bem como à proposta do trabalho. Essa metodologia é caracterizada pela importância da interpretação, por parte do pesquisador, sobre o fenômeno estudado, emitindo suas opiniões e argumentações acerca do tema (Pereira et al, 2018). Tal modalidade de pesquisa trabalha com aspectos da realidade que não podem ser quantificados, acessando um espaço mais profundo das relações humanas e estabelecendo reflexões próprias do campo da subjetividade. Nesse sentido, é interessante pontuar que a relação entre as abordagens qualitativa e quantitativa não é de antagonismo, mas sim de complementariedade, tendo em vista que a natureza de cada uma é capaz de acessar diferentes aspectos importantes da realidade. Ainda assim, observa-se que o método qualitativo é por vezes criticado, devido ao seu empirismo e subjetividade (Minayo, 2001).

A revisão narrativa da literatura é uma forma não sistemática de revisão literária, favorável para o desenvolvimento de “publicações amplas, apropriadas para descrever e discutir o desenvolvimento ou o “estado da arte” de um determinado assunto, sob o ponto de vista teórico ou contextual” (Rother, 2007, p. 2). Assim, a revisão narrativa difere da revisão sistemática, essencialmente no sentido de que não apresenta estratégia de busca sistematizada, sendo a seleção do material bibliográfico feita por escolha livre do pesquisador. Entende-se que essa configuração metodológica é favorável à proposta e ao objetivo do presente estudo, por permitir uma análise literária mais livre, adequada para discutir e relatar diferentes perspectivas teóricas acerca de um mesmo tema.

3. Resultados e Discussão

Resiliência psicológica é um conceito contemporâneo de saúde que ainda se encontra em construção. Por meio de seu estudo e investigação, é possível percorrer por diversos escopos teóricos, partindo tanto de aspectos individuais, quanto contextuais e sociais (Cabral e Levandovski, 2013). Portanto, é difícil encontrar uma definição universalmente aplicável de resiliência no âmbito psicológico, uma vez que vários fatores entram em conflito com a isonomia buscada (Masten & Gewirtz, 2006). Um deles é o fato da resiliência apresentar relação direta com uma variedade muito ampla de fenômenos, que vão desde a adaptação às mudanças bruscas na realidade dos chamados macrossistemas, até alterações na realidade cotidiana dos microssistemas familiares, partindo de uma perspectiva do modelo

socioecológico de Bronfenbrenner (Masten & Gewirtz, 2006; Linhares, 2015; Bronfenbrenner, 1979).

Outro fator que torna difícil a definição de resiliência psicológica é que o seu entendimento é uma construção que envolve juízo humano inferencial sobre respostas positivas ou negativas frente às adversidades, bem como as próprias definições de ameaça e risco. Cabral & Levandovski (2013) reconhecem esta problemática, quando concluem não ser possível quantificar a intensidade emocional de um evento traumático, por este estar fundamentalmente conectado com percepções intrapsíquicas únicas do sujeito. Além disso, o processo de resiliência atinge uma ampla gama de processos construtores. Tais processos vão desde fatores individuais e microssistemáticos, como a organização neurológica, elementos genéticos, fase de desenvolvimento etário e a presença ou ausência de uma parentalidade positiva em um núcleo familiar estável ou instável, até processos sociais na comunidade onde o sujeito está inserido. (Masten & Gewirtz, 2006; Linhares, 2015; Greco, Morelato & Ison, 2007). Neste sentido, Cabral & Levandovski (2013, p. 50) observam que, “não é possível prever quem será ou não resiliente, mas, sem dúvida, é possível ter indicativos, a partir da análise dos aspectos intrapsíquicos do indivíduo frente a situações adversas”.

Ainda que conceituar resiliência seja uma tarefa desafiadora, os fatores que favorecem este processo em crianças têm sido descritos com amplitude na literatura nacional e internacional. Alguns desses fatores, como parentalidade positiva, núcleo familiar, emoções positivas e mecanismos de proteção da psique, serão explorados a seguir.

3.1 A Parentalidade Positiva e o Núcleo Familiar

O primeiro fator importante ao se falar sobre processos de resiliência em crianças é a sua relação com as suas figuras primordiais de cuidado, com frequência, seus pais. A parentalidade positiva, aqui definida como comportamentos das figuras de cuidado orientados no melhor interesse da criança (Linhares, 2015), surge como um importante fator construtor e favorecedor de processos de resiliência infantil. Nesse sentido, é interessante notar que Bolger & Patterson (2003) observaram uma baixa tendência a processos de resiliência bem-sucedidos em crianças que sofrem o que pode ser considerada uma parentalidade negativa por parte das figuras de cuidado.

Em crianças, os pais se apresentam como as figuras em nível mais próximo no seu contexto sócio-ecológico (Bolger & Patterson, 2003), tendo, portanto, papel fundamental na manutenção dos fatores protetivos e reguladores presentes no contexto de desenvolvimento. O

cuidado parental responsivo tende a contribuir para a habilidade da criança de dominar aptidões de desenvolvimento como: regulação emocional e comportamental, formação de um senso coerente e positivo sobre si mesmo e a criação e manutenção de relações com outras pessoas (*Ibidem*, 2003).

O ambiente familiar representa o mais importante contexto de desenvolvimento na primeira infância em que ocorrem as interações face a face entre pais e crianças e as grandes aprendizagens, que contribuem para as regulações emocionais e comportamentais das crianças, assim como para seu processo de socialização (Linhares, 2015, p. 71).

A importância das figuras parentais em processos de resiliência em crianças encontra-se em contraste em situações nas quais a demanda por resiliência se dá a partir de agressões pelas figuras de apoio central, os cuidadores, como no caso de crianças que sofrem maus-tratos de seus pais, mães ou avós. Evidências associam maus-tratos durante a infância com um aumento no risco de internalização de problemas como depressão e ansiedade, e externalização de problemas como agressão, delinquência e comportamentos antissociais. Também são observáveis baixos níveis de autonomia e autoestima como resultado de tal agressão. Por outro lado, em crianças nas quais os cuidadores se apresentam como um ponto de apoio positivo, observa-se uma maior tendência a processos de resiliência bem-sucedidos (Bolger & Patterson, 2003). Nota-se que a “adaptação resiliente tende a ser improvável entre crianças maltratadas” (Bolger & Patterson, 2003, p. 157).

Ainda que, de acordo com Bolger e Patterson (2003), a resiliência seja improvável entre crianças maltratadas pelas figuras parentais, é importante sinalizar que ela pode ser observável em tais situações. É possível que os promotores de resiliência se apresentem por meios secundários, por exemplo, quando crianças encontram fatores protetivos em figuras de cuidado alternativas, quando mantêm atitudes que encorajam uma visão mais otimista da vida, ou quando mantêm amizades recíprocas (Bolger & Patterson, 2003), o último sendo um forte fator protetivo que interfere diretamente nos níveis de autoestima e na tendência a emoções positivas. Os autores hipotetizam sobre as relações de amizade funcionarem como um fator protetivo com relação à autoestima entre crianças maltratadas pelas figuras de cuidado. Tal hipótese é adiante comprovada por meio de dados estatísticos, em uma análise de curva de crescimento que compara os níveis de autoestima entre crianças maltratadas pelas figuras de cuidado que possuem e não possuem um melhor amigo recíproco, e entre crianças não maltratadas que possuem e não possuem um melhor amigo recíproco. Os resultados mostram que, em média, crianças maltratadas que tiveram amizade recíproca conservam níveis de

autoestima consideravelmente próximos a crianças não maltratadas que não experienciaram amizade recíproca (Bolger & Patterson, 2003).

Ademais, é importante atentar para as questões cotidianas e culturais dentro do núcleo familiar. Lígia Sena e Andréia Mortensen (2014) discorrem, em seu livro “Educar sem violência criando filhos sem palmadas”, sobre a realidade das famílias brasileiras no que diz respeito a criação dos filhos. De acordo com as autoras, aos dois anos de idade, há uma tendência a surgirem comportamentos mais agitados por parte das crianças, que despertam a curiosidade para com o mundo e querem descobrir e fazer tudo o que um adulto é capaz. Tal comportamento acaba por gerar uma série de frustrações, que são importantes e fazem parte do desenvolvimento global da criança. Porém, há uma tendência situacional de as figuras parentais desenvolverem comportamentos negativos em resposta a expressões de frustração da criança, que podem se manifestar por meio de atitudes desconfortáveis. Essa tendência, por mais que seja compreensível, deve ser evitada, pois é importante que a criança entenda como legítima sua curiosidade e como natural a sua frustração, pois essas são as bases para o desenvolvimento de comportamentos e processos futuros como o de resiliência. Um bom entendimento destes fatores na criação dos filhos é a chave para um desenvolvimento saudável, que vai gerar potenciais características muito importantes para uma resistência resiliente frente a adversidades futuras, as quais ninguém está isento de vivenciar (Sena & Mortensen, 2014).

Assim, fica evidente o papel essencial das figuras parentais na construção de processos de resiliência bem-sucedidos. Dessa maneira, o núcleo familiar, como palco das vivências na primeira infância, deve assumir um papel nutridor no desenvolvimento integral do sujeito. Nesse sentido, é importante observar que maus-tratos pelas figuras de cuidado configuram não só uma prática de cunho traumático para a criança, mas também um tolhimento do seu potencial resiliente, contribuindo para a formação de um indivíduo com fraca capacidade de tolerância frente a situações adversas.

3.2 Aspectos neuropsicológicos, cognitivos, emocionais e de controle.

Quando se analisam processos mentais como a resiliência, é importante lembrar que aspectos biológicos também estão em cena. Em termos de desenvolvimento neurológico, o período denominado de primeira infância, dos zero aos seis anos de idade, é essencial para um bom desenvolvimento da capacidade resiliente. Esta é a janela de tempo em que a plasticidade cerebral está em seu auge e onde estão presentes os chamados períodos sensíveis, em que a

criança absorve todos os estímulos do meio. Neste período, indica-se um cuidado especialmente atencioso à criança, observando a prática de uma parentalidade positiva, a fim de favorecer as importantes formações neuronais que tomam lugar nesse momento do desenvolvimento. Efeitos de práticas negativas podem se expressar, neurologicamente, através da liberação em alto nível do hormônio cortisol, responsável pela regulação do estresse, que poderá gerar sintomas a serem registrados na configuração neurológica do sujeito, podendo prejudicar sua memória, aprendizagem e até as funções cardíacas (Brentani, 2014).

Além disso, é válido pontuar que, por volta dos dois anos de idade, a criança começa a ter noção de futuro imediato, fazendo com que ela saiba distinguir momentos promotores de ameaça. Isso é possível porque o sujeito está operando dentro da faixa de estresse considerado benigno, ou seja, aquele necessário para o desenvolvimento saudável. A princípio, trata-se de algo positivo, pois o estresse nesse nível favorável atua na autoproteção da criança, mas, por outro lado, há o risco do mesmo se elevar demasiadamente, produzindo ansiedade excessiva (Brentani, 2014).

Ao se analisar o papel das emoções no desenvolvimento humano, é importante ressaltar que tanto as positivas, quanto as negativas, são expressamente relevantes para a formação integral do sujeito e sua interação e relação com o meio. Entretanto, no que tange o aspecto da resiliência psicológica, é interessante observar que as emoções positivas foram analisadas como sendo precursoras de sistemas de ampliação de repertórios de ação e pensamento, enquanto que emoções negativas foram observadas como estreitadoras de pensamento e ação, causando, a nível neurológico, a ativação do Sistema Nervoso Autônomo, responsável pelo processamento de ações unitárias e específicas (Greco, Morelato & Ison, 2007).

Portanto, pode-se entender que, enquanto a negatividade estreita o repertório mental, a positividade o amplia. Em uma situação adversa, é expressamente vantajoso, para o desenvolvimento resiliente, que se tenha um amplo repertório de ações, que se relacionam, bidirecionalmente, a uma criatividade ampliada.

Neste sentido, a emoção positiva desponta como uma poderosa ferramenta que permite o progresso do processo de resiliência na infância, gerando, inclusive, processos de flexibilidade e ampliação cognitiva (Greco, Morelato & Ison, 2007). Portanto, no que tange o entendimento da resiliência, é relevante ressaltar o importante papel dos estudos da Psicologia Positiva, ramo da Psicologia que se propõe a estudar o comportamento humano a partir de um olhar focalizado e protagonizado na perspectiva positiva.

Ademais, o estudo da percepção do controle pode se mostrar muito eficiente para a análise dos processos de resiliência psicológica. Julian B. Rotter (1966) é o primeiro a formular o conceito *locus* de controle, que pretende ilustrar a percepção das pessoas a respeito da fonte de controle dos eventos de suas vidas, se próprias do sujeito (*locus* interno), ou se pertencente a elementos fora de si mesmo (*locus* externo) (Rodrigues & Pereira, 2007). Desta maneira:

Pessoas com o *locus* interno acreditam que o que podem alcançar está controlado por seus esforços e competências, enquanto que pessoas com *locus* externo crêem que o que podem alcançar depende ou é controlado por qualquer outro fator que não elas próprias, como por exemplo, sorte, fé, outras pessoas ou acaso (Rodrigues & Pereira, 2007, p. 187).

Em sua obra *Sequelaes of Child Maltreatment*, Kerry E. Bolger e Charlotte J. Patterson (2003), utilizam deste conceito como base para todo o seu estudo, atingindo uma compreensão de que, como o *locus* de controle refere-se ao posicionamento, interno ou externo, das crenças do sujeito sobre seus sucessos ou falhas, este estaria diretamente relacionado aos processos promotores de resiliência na infância. Uma criança com o seu *locus* de controle posicionado internamente, tende a perceber que os seus próprios atributos ou ações são os maiores influenciadores sobre seus sucessos ou falhas, sobressaindo-se a questões externas como sociedade, família e condições financeiras. Por outro lado, crianças com apresentação de *locus* de controle externo tendem a perceber que fatores externos a si e, por conseguinte, mais desconexos de suas próprias ações enquanto sujeito, têm maior influência em seu sucesso ou falha que os seus próprios atributos individuais (Bolger & Patterson, 2003).

Logo, chega-se ao entendimento de uma maior tendência a comportamentos de passividade diante de situações adversas por crianças com o *locus* de controle posicionado externamente, o que pode ser preocupante para o desenvolvimento de processos de resiliência bem-sucedidos, uma vez que tal visão de vida pode ser terreno fértil para pensamentos de conformidade diante dos desafios da vida cotidiana e de possíveis situações de adversidade. Da mesma forma, percebe-se que o *locus* de controle posicionado internamente pode vir a ser promotor de um aumento de bem-estar subjetivo, pois é responsável por depositar alto valor pessoal frente as conquistas vivenciadas pelo sujeito. Entende-se que tal posicionamento pode promover um fortalecimento do eu, servindo como mais um fator promotor de processos de resiliência bem-sucedidos.

A literatura aponta para o fato de que, quando o indivíduo acredita no seu próprio controle sobre os eventos que lhe acontecem, seu nível de bem-estar subjetivo aumenta e estes eventos passam a ter mais valor para essa pessoa. Se alguém tem um ganho e acredita ter tido esse ganho por seu próprio mérito, mesmo que seja algo sem muito valor, isso será percebido como algo importante, o que gera afetos positivos. Mas se, ao contrário, uma pessoa tem um grande ganho e acredita que isso aconteceu apenas por influência de outros poderosos ou por acaso, esse ganho, provavelmente, não será interpretado como de grande importância, não contribuindo para o aumento significativo do nível de bem-estar subjetivo (Rodrigues & Pereira, 2007, pp. 192-193).

Portanto, entende-se que, no que tange as capacidades neurológicas, o cuidado parental atento e responsivo, permeado por práticas positivas, apresenta fundamental importância para o desenvolvimento cognitivo na primeira infância e a subsequente manifestação de processos resilientes positivos. Da mesma maneira, destaca-se como as emoções positivas, por atuarem como ampliadores do repertório mental, encontram-se em lugar proeminente quando se fala em resiliência. Neste sentido, o cuidado parental na infância também desponta como um fator fundamental, visto que o mesmo possui o potencial de atuar como palco para o desenvolvimento e fortalecimento de emoções e significações positivas na criança.

Dessa maneira, podemos compreender que, no que tange a construção de capacidades resilientes, o núcleo familiar é protagonista no desenvolvimento neurológico e emocional da criança. É claro que outros fatores muito importantes estão em cena, como o relacionamento da criança com figuras de cuidado e afeto alternativas, bem como o posicionamento de seu *locus* de controle. Ainda assim, é fator evidente que a parentalidade positiva apresenta um potencial colossal para o desenvolvimento das bases para a manifestação resiliente na infância.

3.3 A psicanálise e a resiliência

A psicanálise, linha teórica fundada por Sigmund Freud, ainda está se apropriando da noção de resiliência psíquica, relacionando-a a partir de seus próprios conceitos (Cabral & Levandowski, 2013; Malgarim et al, 2018). Em seus estudos, Freud supõe a existência de mecanismos de proteção da psique, que filtrariam as excitações exteriores excessivas (Cabral & Levandowski, 2013). Ainda que, à época, não se tenha nomeado estruturas de defesa psíquica como resiliência, percebe-se, nos fundamentos da psicanálise, a consideração de

mecanismos psíquicos que objetivam dar conta de processar situações adversas (Ungaretti, 2013; Freud, 1996).

Pode-se, então, entender que a resiliência se dá a partir de mecanismos de defesa utilizados no enfrentamento ao traumatismo. Tais mecanismos seriam estratégias inconscientes e involuntárias utilizadas pelo ego para regular a homeostase psíquica. A partir deste entendimento, as qualidades necessárias para um funcionamento resiliente pressupõem a flexibilidade dos modelos de ajuste e manejo de tais mecanismos de defesa. Não obstante, entende-se que mecanismos de defesa imaturos se contrapõem a um processo de resiliência bem-sucedido, por impossibilitarem a flexibilidade e plasticidade necessárias ao ego em tal processo (Cabral & Levandowski, 2013).

Na obra “Além do princípio do prazer”, Freud (1996) discute como se dão, no organismo, os processos de excesso que rompem a camada protetora do ego contra estímulos. Tais excessos, que podemos entender como situações de adversidade, podem gerar um grande desequilíbrio na economia energética do organismo, acionando mecanismos de defesa (Ungaretti, 2013). A origem desses mecanismos, no entanto, permanece em discussão: estudos prévios refutam o seu caráter inato, mas apontam a ideia de uma possível transmissão transgeracional no processo de filiação ou afiliação (Benghozi, 2005; Malgarim et al, 2018). Freud sugere que o organismo lide com tais perturbações capturando o excesso de estímulos e enlaçando-os psicicamente, para que possam ser processados (Ungaretti, 2013).

Ainda, entendimentos psicanalíticos indicam que resiliência é uma habilidade desenvolvida primordialmente através de relacionamentos, que se dão entre sujeitos e entre sujeitos e seus ambientes (Malgarim et al, 2018), o que não difere, neste sentido, de estudos citados anteriormente (Bolger & Patterson, 2003), que utilizam escopos teóricos diferentes, como aqueles observados em pesquisas de base cognitivista. Neste sentido, a psicanálise entende que o contexto social está intimamente ligado à construção de processos de resiliência na infância, tendo em vista que tais processos emergem através e de dentro deste contexto, respeitando as fundamentais relações do sujeito com o meio e do meio com o sujeito (Malgarim et al, 2018).

Olhando para a psicanálise pós-freudiana, a teoria das relações objetais, abordada notadamente por Melanie Klein e Donald Winnicott, reforça que a resiliência é um processo construído nos primeiros anos de vida, por meio de uma rede de vínculos de sustentação, apego e identificação (Cabral & Levandowski, 2013), por meio da intersubjetividade característica do dito estágio de dependência absoluta, caracterizado pela dependência absoluta do bebê para com a mãe, enxergando-a inteiramente como parte de si (Bichuetti,

2011). Portanto, evidencia-se que a qualidade das relações precoces entre a mãe e o bebê possibilita a absorção de recursos intrapsíquicos fundamentais para um processo de resiliência bem-sucedido (Cabral & Levandowski, 2013). Tais recursos se originam de processos intersubjetivos como aqueles presentes nos conceitos de: *rêverie* (Bion, 1991), que ocorre quando a mãe percebe as experiências do filho e as transforma em elementos pensáveis; e *preocupação materna primária* (Winnicott, 1956), que é o estado materno em que a mãe direciona toda a sua atenção para o bebê, em uma renúncia individual materna em prol das necessidades do mesmo (Cabral & Levandowski, 2013); tais processos dão suporte à estruturação do ego na criança, que será fundamental na passagem por processos de resiliência psicológica bem-sucedidos.

Portanto, podemos perceber que a psicanálise é profunda em sua conceituação de mecanismos de proteção psíquica, que podem ser entendidos como estruturantes para processos positivos de resiliência. É importante que os processos psíquicos formem uma consistente, porém flexível, camada de proteção do ego, que possibilite o adequado manejo de mecanismos de defesa. Destaca-se também a importância de processos intersubjetivos entre os cuidadores primários e a criança no período infantil para uma forte estruturação do ego, que possa dar conta de eventuais situações adversas.

4. Considerações Finais

Conclui-se que resiliência se manifesta como um processo dinâmico, interativo, integral e bidirecional, que entra em cena frente a condições adversas vivenciadas pelo sujeito, tendo suas bases construídas, primordialmente, na infância. No contexto de desenvolvimento humano, este processo apresenta fundamental importância como um fator protetivo frente a situações de adversidade.

Salienta-se aqui a importância de um núcleo familiar estável e bem estruturado, pois ele gerará condições microssistêmicas para que os muitos processos de intersubjetividade e maturação do ego, necessários aos processos de resiliência, aconteçam de maneira bem-sucedida. Também é necessário ao núcleo familiar o estímulo à formação e à expressão de emoções positivas, para assim ampliar o repertório mental e garantir os processos de flexibilidade e ampliação cognitiva necessários para uma construção resiliente sólida.

Neste sentido, entende-se como fundamental para os pais o exercício de uma parentalidade positiva, para que a criança tenha um maior desenvolvimento de autonomia e autoestima, esta sendo um dos principais fatores de influência para um desenvolvimento

resiliente. Ademais, atenta-se para a importância de um desenvolvimento neurológico favorável na primeira infância, que é quando a criança apresenta seus períodos sensíveis com a plasticidade cerebral em seu auge, assim como de um maior estímulo ao Controle Interno Percebido, para que os sujeitos passem a atingir compreensões de autossuficiência que aumentem a tendência a consequentes comportamentos ativos e de um certo inconformismo frente a situações adversas.

Percebe-se que alguns entendimentos psicanalíticos vão de encontro a estudos com embasamentos teóricos diferentes, sinalizando que a esfera social é fundamental para o desenvolvimento da capacidade resiliente. Ainda, é importante que se construam consistentes relações precoces entre a criança e seus cuidadores primários, através de processos intersubjetivos que garantam uma sólida estruturação do ego. Solidez e flexibilidade podem, então, ser entendidas como características fundamentais do ego para o enfrentamento de situações de excesso de estímulo, ou seja, adversas, que representem desequilíbrio energético para o organismo.

Finalmente, resiliência psicológica representa uma construção gradual que pode ou não ser suficiente como fator protetivo ao se manifestar em momentos de crise e, ainda que não existam meios psicológicos para prevê-la com exatidão, há como medir a sua tendência, observando-se a presença ou ausência de fatores influenciadores, como a parentalidade positiva, o desenvolvimento neurológico favorável na primeira infância, as emoções positivas e também as amizades recíprocas. No contexto de desenvolvimento humano, resiliência é um processo que apresenta fundamental importância como um fator protetivo frente a situações de adversidade vivenciadas por crianças.

Ademais, salienta-se a importância da pesquisa voltada para este tema, pois a atenção ao mesmo é recente e o conhecimento científico ainda está relativamente no início de seu processo de formação.

Sugere-se, como pesquisas futuras, que se atente para a relação entre a qualidade das interações familiares precoces e o subsequente enfrentamento de situações adversas na adolescência. A temática de pesquisa abordada neste trabalho mostra-se muito relevante, pois fala sobre um fator protetivo em crianças que muitas vezes se torna necessário e imprescindível para a manutenção de um desenvolvimento saudável frente a uma situação adversa, principalmente quando as figuras de cuidado representam ausência ou prejuízo psíquico.

Além de ser um instrumento extra para auxiliar cuidadores de crianças, a análise dos processos de resiliência na infância também é um objeto de estudo novo a ser explorado, que

pode ter o potencial transformador de desvendar diversos processos de desenvolvimento humano e muitas potencialidades neurológicas e psicológicas de resiliência, esclarecendo dúvidas e questionamentos ainda não respondidos tanto pelos pesquisadores da área, quanto pela sociedade e pelas famílias.

Referências

Benghozi, P. (2005). Resiliência familiar e conjugal numa perspectiva psicanalítica dos laços. *Psicologia Clínica*, 17(2): 101–09. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pc/v17n2/v17n2a08.pdf>. Acesso em: 20 mar 2020

Bertrand, M. (2006). Résilience et traumatismes: un point de vue psychanalytique. In Cyrulnik, Boris & Duval, Philippe (Orgs.), *Psychanalyse et Résilience*, p. 205-22, Paris: Odile Jacob.

Bichuetti, L. P. (2011). *As Relações Objetais na Teoria de D. W. Winnicott*. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

Bion, W. R. (1991). *O aprender com a experiência*. Rio de Janeiro: Imago.

Bolger, K. E., & Patterson C. J. (2003). Sequelae of Child Maltreatment. In: Luthar, S.S. (Ed.). *Resilience and Vulnerability: Adaptation in the Context of Childhood Adversities*. Cambridge: Cambridge University Press.

Brentani, A. V. M., et al. (2014). O impacto do desenvolvimento na primeira infância sobre a aprendizagem. *Comitê científico Núcleo ciência pela infância*, Brasil, p. 1-16. Disponível em: <https://ncpi.org.br/publicacoes/impactodesenvolvimento/>. Acesso em: 14 jun 2019.

Bronfenbrenner, U. (1979). *The Ecology of Human Development* (Revised ed). Harvard University Press.

Cabral, S. A., & Levandowski, D. C. (2013). Resiliência e psicanálise: Aspectos teóricos e possibilidades de investigação. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, 16(1): 42–55.

Freud, S. (1996). *Além do Princípio de Prazer, Psicologia de Grupo e Outros Trabalhos (1920-1922)*. Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud (vol. XVIII). Imago Editora.

Greco, C, Morelato G, & Ison, M. (2007). Emociones Positivas: Una herramienta psicológica para promocionar el proceso de resiliencia infantil. *Psicodebate Psicología, Cultura y Sociedad*, 7(0): 81-94.

Linhares, M. B. M. (2015). Família no Desenvolvimento na Primeira Infância: Processos de Autorregulação, Resiliência e Socialização de Crianças Pequenas. In: Pluciennik GA, Lazzari MC, Chicaro MF (Eds.). *Fundamentos Da Família como Promotora do Desenvolvimento Infantil*. São Paulo: Fundação Maria Cecília Souto Vidigal.

Malgarim, B. G., et al. (2018). Resilience and psychoanalysis: a systematic review. *Psico*, 49(2): 206-212. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.15448/1980-8623.2018.2.27632>. Acesso em: 19 mar 2020.

Masten A, Gewirtz, A. H. (2006). Resiliência no desenvolvimento: a importância da primeira infância. *Enciclopédia sobre o Desenvolvimento da Primeira Infância*, p. 1–6. Disponível em: <http://www.encyclopedia-crianca.com/sites/default/files/textes-experts/pt-pt/2343/resiliencia-no-desenvolvimento-a-importancia-da-primeira-infancia.pdf>.

Minayo, M. C. S. (Org.). (2001). *Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade* (18 ed.). Petrópolis: Vozes.

Pereira, A. S., Shitsuka, D. M., Parreira, F. J., & Shitsuka, R. (2018). *Metodologia da pesquisa científica*. [e-book]. Santa Maria. Ed. UAB/NTE/UFMS. Disponível em: https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/15824/Lic_Computacao_Metodologia-Pesquisa-Cientifica.pdf?sequence=1. Acesso em: 08 jun 2020.

Rodrigues, D. M., & Pereira, C. A. A. (2007). A percepção de controle como fonte de bem-estar. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 7(3): 541–56. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/epp/v7n3/v7n3a14.pdf>. Acesso em: 23 fev 2020.

Rother, E. T. (2007). Revisão sistemática X revisão narrativa. *Acta Paulista de Enfermagem*, 20(2).

Rotter, J. B. (1966). Generalized Expectancies for Internal versus External Control of Reinforcement. *Psychological Monographs*, v. 80, p. 1–28.

Sena, L. M., & Mortensen, A. C. K. (2014). *Educar sem violência criando filhos sem palmadas*. Campinas, SP: Papyrus 7 mares.

Ungaretti, M. S. (2013). Revisão literária sobre a relação de resiliência com conceitos psicanalíticos. *Diaphora - Revista da Sociedade de Psicologia do Rio Grande do Sul*, 13(1): 63–69. Disponível em: <http://www.sprgs.org.br/diaphora/ojs/index.php/diaphora/article/view/86>. Acesso em: 24 mar 2020.

Winnicott, D. W. (2000). *Da pediatria à psicanálise – Obras Escolhidas*. Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1956).

Porcentagem de contribuição de cada autor no manuscrito

Gabriel Bloedow da Silveira – 90%

Cristina Saling Krueel – 10%